



“TODO ROMEIRO VAI A ‘ROMA’? REFLEXÕES SOBRE A PASTORAL DA IGREJA E AS DEVOÇÕES POPULARES”

Doutor Luiz Carlos Luz Marques (UNICAP)

Mestrando Valdemir de França Souza (UNICAP)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo fornecer elementos, à luz da história, para a reflexão acadêmica sobre o catolicismo popular brasileiro. Tentaremos analisar, primeiramente, o catolicismo lusitano do Brasil colônia e suas disparidades frente ao que Roma entendia por catolicismo. Posteriormente, nos debruçaremos numa breve descrição e análise das principais características deste catolicismo protagonizado pelo leigo que, durante séculos, ajudou a construir, apesar das disparidades nos costumes e devoções, as bases do catolicismo que encontramos hoje nesta terra. E, por fim, descreveremos os embates entre os bispos reformadores e os defensores do catolicismo herdado de Portugal analisando inclusive, o imaginário das devoções e tradições dos leigos neste processo.

Palavras-Chave: Estado, Igreja, Modelos eclesiais, Poder, Movimentos de Resistência.

A história religiosa brasileira foi permeada ao longo dos séculos por elementos oriundos de várias Regiões da Europa, África e posteriormente, das culturas orientais. Esses elementos estabeleceram entre si relações nem sempre harmoniosas, mas contribuíram na construção da nossa identidade religiosa. Essa justaposição de elementos, além de contribuírem na construção da identidade religiosa do povo brasileiro, permitiu o surgimento de releituras dos antigos cultos proporcionando o surgimento de renovadas formas de se relacionar com o sagrado. No caso específico do catolicismo brasileiro, observamos a ocorrência de dois tipos distintos de cultos: o catolicismo tradicional e o popular.

Introduzido no Brasil por meio da colonização portuguesa, o catolicismo tradicional trouxe consigo várias características, dentre as quais se destacam cinco principais: Tratava-se



de uma construção lusitana do catolicismo, apoiava-se principalmente na influência leiga, trazia consigo características medievais, era essencialmente, social e familiar (Azzi, 1976)¹.

Devemos considerar, primeiramente, que o catolicismo que conhecemos aqui nada mais é do que uma reprodução do catolicismo das instituições eclesíásticas de Portugal que foram transferidas para o “novo mundo”. Ou seja, conhecemos, primeiramente, a construção lusitana do catolicismo que posteriormente sofrerá a influência dos elementos religiosos indígenas e africanos:

Trata-se na realidade do transporte de instituições eclesíásticas de Portugal para o Brasil. Não é apenas o catolicismo oficial, mas também o catolicismo popular que se transplanta para o Brasil. É a Igreja lusitana que passa a reviver na colônia, sofrendo evidentemente um processo de abasileiramento posterior.²

Desta forma, entendemos que o catolicismo brasileiro herdou, indiscutivelmente, inúmeras heranças de Portugal. Tais heranças, posteriormente misturaram-se, principalmente, com elementos religiosos internos (indígenas) e externos trazidos do continente africano formando um processo sincrético que abasileirou o catolicismo tradicional lusitano. Assim, as heranças religiosas da metrópole ficaram, em sua maioria, conservadas, mas, por outro lado, observamos o surgimento de devoções, procissões e romarias com um caráter personalizado, ou seja, juntando, mesmo que de forma inconsciente, elementos da cultura indígena e africana.

Nas pompas da liturgia e nas devoções extra-litúrgicas o colono português continuava as tradições do solo natal, os sacerdotes renovavam na colônia as mesmas cerimônias e procuravam implantar os mesmos costumes aprendidos nas dioceses de além-mar³.

Outro aspecto de suma importância para nossas reflexões refere-se ao caráter leigo do catolicismo no Brasil. Esse tipo de catolicismo desenvolveu-se em função da instalação do regime do padroado que responsabilizava, diretamente, o rei pelos assuntos eclesíásticos nas

¹ Cf. AZZI, Riolando. Elementos para a história do catolicismo popular. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 36, n. 141, mar. 1976, p.95-103.

² Idem, p. 96.

³ Ibid., p.96.



colônias. O rei de Portugal, na condição de Grão-mestre da Ordem de Cristo, possuía a investidura pontifícia para implantar o catolicismo nas terras recém-descobertas:

O monarca português torna-se, pois, o chefe efetivo da Igreja em formação, ao qual compete à tarefa de evangelização e catequese, bem como a promoção do culto e sustentação dos ministros eclesiásticos. À figura do papa, distante e obscurecida, compete simplesmente confirmar as decisões régias em matéria de religião⁴.

Para representar a coroa na colônia, o monarca criou a Mesa da consciência e as Ordens diversas - conselhos compostos de leigos para tratar de assuntos eclesiásticos - compondo um verdadeiro corpo de leigos para tomar as decisões eclesiásticas. Desta maneira, entendemos que a Igreja no Brasil foi implantada pelo Estado Português como forma de perpetuar suas tradições e garantir seus interesses nesta terra. É comum observar, neste período, que os assuntos de ordem religiosa eram decididos por câmaras municipais, capitães-mor ou por governadores gerais quando de interesse total da colônia.

Observamos ainda que, foram os leigos que construíram templos para cultuar imagens veneradas, introduzindo novas devoções no Brasil, organizando-se em irmandades e confrarias como forma de perpetuar tais cultos contratando inclusive, sacerdotes que vindos de Portugal ocupavam o posto de meros funcionários providos pelo Estado. Ou seja, possuíam, apesar de sacerdotes, poder de decisão secundário em comparação aos leigos.

É pertinente refletir também, acerca do caráter medieval do catolicismo brasileiro, mesmo sabendo que o Brasil não viveu a cristandade medieval e que o catolicismo vivido no Brasil já resulta da reforma tridentina.

Ao observar a organização estatal que Portugal tentou impor nesta terra nos primeiros anos de colonização bem como, a forma de governo político e religioso do Brasil, encontramos diversas semelhanças com os modelos implantados na Idade Média. Essas tentativas que nem sempre foram bem sucedidas, impregnaram o imaginário dos brasileiros com resquícios medievais deformados e decadentes. Analisando tal situação, Comblin afirma que:

O catolicismo que chegou ao Brasil foi essencialmente o catolicismo popular dos últimos séculos da idade média... Recebeu a religião

⁴ Ibid., p. 96.



popular sem a armadura da Igreja medieval. Já que o tridentinismo não havia previsto nada para limitar o uso popular da liturgia (fora das rubricas) ou as liturgias populares (dos santos etc.), a religião popular continuou seu desenvolvimento espontâneo e pacífico. Misturou-se com contribuições indígenas, africanas, até orientais, importadas pelas caravelas que voltavam da Índia ou da China. Longe da crítica protestante, a liturgia católica popular não tomou a forma agressiva que sempre teve na Europa. Pelo contrário, tomou a forma de uma religião muito familiar, patriarcal, de uma simplicidade paradisíaca, idílica. Uma religião que consola e dá saudades⁵.

Portanto, observamos características medievais na estrutura popular e principalmente, no catolicismo estatal. Estes resquícios nos ajudam a entender a idéia de defesa da colônia contra “invasores” externos e internos, ou mesmo, contra os negros fugitivos dos quilombos. Essas guerras para defender o território assumiam, freqüentemente, conotações religiosas devido ao espírito medieval das cruzadas que foi introduzido no imaginário dos combatentes⁶.

Destacamos também, o caráter social do catolicismo tradicional português que fora transferido para o Brasil. Nos primeiros séculos do Brasil colônia, a vida social era carente de grandes acontecimentos, o isolamento prevalecia principalmente, nas regiões rurais e mesmo nos centros urbanos. Os encontros sociais eram raros. Neste contexto, as festas e manifestações religiosas assumiam o papel de principais acontecimentos sociais da época reforçando, inclusive, os traços conservadores do catolicismo:

Na mentalidade dos que vivem nesta espécie de religiosidade, a Igreja é um lugar onde se fazem orações e onde as tradições são conservadas. Não é a ela que se pede uma mensagem de fé e uma orientação para a vida. Esta é antes modelada pelas tradições locais com as quais se fundem as tradições religiosas... As festas religiosas, as procissões, as solenidades dos santos padroeiros, as associações e irmandades religiosas, mesmo o tipo de sermões, tudo isto constitui uma teia complicada, misto de religião e de cultura local, através da

⁵ COMBLIN, José. Situação histórica do catolicismo no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 26, n. 3, set. 1966, p.584.

⁶ Cf. HOORNAERT, Eduardo. Formação do catolicismo guerreiro no Brasil (1500-1800). In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 33, set. 1973, p.584.



qual a sociedade local impõe suas normas aos comportamentos religiosos⁷.

Entendemos, portanto, que as festas e manifestações religiosas, além de movimentarem a vida social das comunidades, serviram ao longo dos séculos da formação religiosa brasileira, de mecanismos para inserir nos moldes das culturas locais os comportamentos religiosos, formando inúmeros catolicismos que sofriam mutações particulares a cada região.

De modo geral, o catolicismo do Brasil colônia além de ser luso-brasileiro, leigo, medieval e social é, acentuadamente, familiar e patriarcal. Essa característica torna-se ainda mais visível nas sociedades rurais que, na maioria das vezes, isolavam-se em grandes propriedades de terra, engenhos e fazendas, constituindo um catolicismo muito mais de família do que de Igrejas, festas e procissões.

No ambiente rural dos engenhos e fazendas esse sistema se cristalizou mediante os oratórios familiares e as capelas construídas nas redondezas da casa-grande. E às vezes não faltava sequer o capelão – freqüentemente um tio-padre – a serviço da família⁸.

Vale ressaltar ainda que, nesse sistema religioso patriarcal, o pai, chefe da família, estava incumbido de tomar as decisões de caráter religioso bem como, da responsabilidade de ensinar o catecismo aos demais membros da família.

Mas, dentro desse contexto, surge uma dúvida: E o catolicismo romano, por onde anda neste período? Como já tratamos anteriormente, o catolicismo romano fica dentro do contexto do Brasil colônia, reduzido a um plano secundário e obscuro, em que o Papa decidia e/ou confirmava as decisões tomadas pelo Rei de Portugal. Em outras palavras, não se falava de catolicismo romano no Brasil colônia. Contudo, é ainda no século XVI que tem início um esforço sem precedentes para implantar no Brasil o catolicismo renovado que diferentemente do catolicismo tradicional, trazido de Portugal, enfatiza sua vinculação com Roma. Mesmo com tal esforço a empreitada não seria simples tendo em vista que Portugal não abriria mão facilmente de exercer o domínio religioso sobre a colônia. Principalmente porque as tradições e devoções do catolicismo metropolitano impregnavam progressivamente o imaginário dos que aqui viviam, começando, inclusive, a misturar-se com elementos indígenas e africanos.

⁷ ROLIM, Antonio. Em torno da religiosidade no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 25, 1965. p.15.

⁸ Idem, p. 102.



Somem-se estes aspectos desfavoráveis ao fato de que, no Brasil, apenas os jesuítas difundiam o catolicismo romano:

Durante o período colonial os vínculos com a Sé Romana são muito escassos. Na realidade pode-se dizer que são apenas os jesuítas que mantêm uma vinculação direta com Roma, pois a obediência ao papa constituía uma dos votos da Companhia⁹.

É pertinente lembrar que, a maiorias dos jesuítas que vieram para o Brasil não estavam isentos das tradições lusitanas. E que, no esforço para promover a evangelização dos índios, fugiam com frequência das rígidas doutrinas impostas pelo catolicismo romano.

Assim, no nosso entender, o catolicismo romano não estava em condições de surgir com força capaz de reformar os costumes trazidos pelos portugueses no período em que o Brasil foi colônia portuguesa. Ou seja, as bases da formação religiosa brasileira foram mesmo do catolicismo das tradições, devoções, Irmandades, Ordens Terceiras, romarias e procissões herdadas de Portugal.

A fase imperial brasileira, que se inicia a partir do momento em que o Brasil declara-se independente da coroa portuguesa, inaugura também um novo momento para a vida religiosa do império, que acabara de nascer pelas mãos de D. Pedro I. As concepções de relação entre Igreja e Estado permaneceram as mesmas, regime do padroado, mas foi neste momento que Roma aproveitou para tentar inserir, através do episcopado, as reformas do catolicismo renovado.

Com o episcopado sob seu domínio, Roma mergulha na tentativa de inserir o catolicismo romano, clerical, tridentino, individual e sacramental no agora império brasileiro. Mas, para lograr êxito nesta missão faltava-lhe primeiramente vencer alguns importantes obstáculos: O padroado que, fazia dos bispos funcionários públicos responsáveis pelos assuntos religiosos, as Ordens religiosas subordinadas a Roma, Jesuítas, Franciscanas, Beneditinas e Carmelitas, passavam por momentos decadentes, por restrições ao ingresso de noviços e pela expulsão dos jesuítas. Boa parte do Clero secular ignorava seus deveres eclesiásticos, vivendo, muitas vezes, na promiscuidade da vida em concubinato ou mais dedicados aos ganhos financeiros e políticos do que aos assuntos referentes à Igreja:

⁹ Ibid., p.103.



Muitos sacerdotes viviam em concubinato, praticavam a simonia, dedicavam-se a atividades economicamente rentáveis, e eram relapsos nos serviços religiosos não lucrativos. Os padre seculares interessavam-se mais pelas atividades políticas, através das quais galgavam os postos eclesiásticos ou faziam uma carreira política, do que pela cura de almas. (inclusive, podiam desrespeitar as sanções episcopais pelo recurso do imperador, que tinha efeito suspensivo, minando assim a autoridade episcopal) ¹⁰.

As irmandades de leigos que representavam com suas tradições todos os principais aspectos do catolicismo tradicional, leigo e social herdados de Portugal, também representavam um grande obstáculo para a implantação do catolicismo romano. Sobretudo porque, os principais detentores do poder estatal, inclusive o Imperador, quase sempre, pertenciam a uma irmandade ou confraria. Um evento que bem representa a resistência do poder estatal ao catolicismo romano refere-se à questão da maçonaria quando o então Bispo de Olinda, Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, OFM Cap e o Bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa chegaram a ser presos por condenar o envolvimento da Igreja com a maçonaria:

De acordo com a constituição brasileira, a religião oficial do país era a católica apostólica romana, regida pelo padroado. Por esse regime, competia ao governo brasileiro indicar as pessoas que ocupariam os principais cargos eclesiásticos (Bispos, Cardeais, etc.). O Papa podia ou não aceitar os nomes indicados pelo imperador, mas não tinha o direito de nomeá-los diretamente. Em consequência, o clero recebia salário do Estado, equiparando-se ao funcionalismo público. A maçonaria, que as vésperas da independência havia assumido atitudes revolucionárias, durante o segundo reinado perdeu sua postura progressista e passou a defender idéias conservadoras. Em seus quadros havia grande número de padres maçons, embora estivessem proibidas as relações entre a Igreja e a maçonaria desde 1864, devido à *Bula Syllabus* do Papa Pio IX. Em 1872, no encontro promovido

¹⁰ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 36, n. 141, mar. 1976, p.132.



pela maçonaria brasileira, houve a participação de muitos padres. Dom Vital, Bispo de Olinda, e Dom Macedo Bispo do Pará, puniram os sacerdotes de suas dioceses que haviam participado do evento, suspendendo-os dos ofícios religiosos. Pelo padroado, o imperador poderia revogar a decisão do clero. Entretanto, para D. Pedro II, era interessante manter vínculos entre a maçonaria, favorável ao regime monárquico e a qual ele mesmo pertencia, e a Igreja, o que o levou a convocar os dois Bispos para discutir a questão. Os religiosos, porém, negaram a autoridade do imperador e mantiveram obediência a norma papal. Encaminhada a questão ao Supremo Tribunal de Justiça, os Bispos receberam pena de quatro anos de reclusão e trabalhos forçados, sendo mais tarde anistiados pelo primeiro ministro, Duque de Caxias¹¹.

Os Bispos reformadores não conseguiriam implantar o catolicismo romano antes de superar tais obstáculos, pois era necessário investir, principalmente, na formação de um novo clero subordinado aos poderes episcopais e moralmente irrepreensível. Desta forma, a alternativa mais indicada para a formação deste novo clero foi contar com o apoio de congregações religiosas vindas da Europa: Missionários, Irmãs de caridade, Capuchinhos franceses, Redentoristas, Dominicanos, Jesuítas e outros.

A romanização da Igreja brasileira, que já se organizava no Segundo Reinado ganhou força com o advento da República. Com o fim do padroado, a religião foi separada do Estado, abrindo, de uma vez por todas, as portas do Brasil para a romanização. Desta forma, o catolicismo tradicional decadente e agora abandonado pelo fim do Império passou para a posição de secundário e marginalizado no contexto de reestruturação da Igreja. Contudo, apesar das reformas impostas pelo catolicismo romano, algumas tradições e devoções que impregnaram o imaginário do povo permaneceram. Entendemos portanto, que o catolicismo popular continua a existir:

O clero firma sua posição no campo religioso como único detentor dos rituais religiosos do catolicismo, relegando os outros rituais à condição de práticas supersticiosas ou manifestações folclóricas. Os concorrentes do clero como detentores de rituais religiosos serão

¹¹ Disponível em: <http://www.monografias.brasescola.com/religiao/maconaria.htm>. Acesso em: 28/07/2010.



apenas os portadores de outros sistemas religiosos – o Espiritismo, a Umbanda, o Candomblé, o Protestantismo, o Pentecostismo, etc. – que serão apologeticamente combatidos pelo clero católico até o Concílio Vaticano II¹².

Vale ressaltar ainda que a mudança de postura do catolicismo romano após o Concílio Vaticano II não significa uma aceitação dos valores religiosos concorrentes, por parte do clero. Este “ecumenismo” valerá apenas para o protestantismo de modo que os leigos, com suas tradições, resultantes de séculos de justaposição do catolicismo tradicional herdado de Portugal com elementos indígenas e africanos, foram obrigados, ao longo do tempo, a reapropriar suas devoções com a ordem religiosa vigente. Ou seja, os leigos assimilaram as mudanças introduzidas durante o processo de romanização, mas não abandonaram suas antigas devoções e costumes (devoções as almas, romarias, promessas, bençãos etc.), de modo que:

No mundo religiosos popular, não existe separação nítida entre os fiéis vivos, os santos e a região dos mortos. O santo está presente na casa do pobre, em sua imagem ou oratório. E o santo é visitado e honrado em sua igreja ou santuário. Como amigo, o santo atende os pedidos que lhe são feitos, desde que as promessas sejam cumpridas. E se o santo não for honrado, se sentirá ofendido e não faltarão os castigos. Também os mortos continuam presentes na família. Nunca se pode olvidar a oração pelas almas, muitas das quais continuam vagando errantes por promessas não cumpridas. É necessário dar uma mão a essas almas penadas, para que no momento oportuno elas retribuam com seu auxílio. Do contrário, elas podem voltar e prejudicar os vivos¹³.

É fato que a romanização trouxe diversos benefícios para a Igreja brasileira, por outro lado, não podemos negar que esta reforma foi estritamente clerical e que marginalizou, principalmente, as populações mais simples. Esta situação porém, parece está sendo superada

¹² OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 36, n. 141, mar. 1976 p. 140.

¹³ *Ibid.*, p.130



IV Colóquio de História

*Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade
de 16 a 19 de novembro de 2010 - UNICAP*

de modo que, em nosso entender, estamos caminhando na direção da plena compreensão da identidade religiosa brasileira.



IV Colóquio de História

*Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade
de 16 a 19 de novembro de 2010 - UNICAP*

Referências

AZZI, Riolando. Elementos para a história do catolicismo popular. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 36, n. 141, mar. 1976.

COMBLIN, José. Situação histórica do catolicismo no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 26, n. 3, set. 1966.

Equipe Brasil Escola. Disponível em:

<http://www.monografias.brasescola.com/religiao/maconaria.htm>. Acesso em: 28/07/2010.

HOORNAERT, Eduardo. Formação do catolicismo guerreiro no Brasil (1500-1800). In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 33, set. 1973.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 36, n. 141, mar. 1976.

ROLIM, Antonio. Em torno da religiosidade no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 25, 1965.